

LEI Nº 666 DE 21 AGOSTO DE 2024.

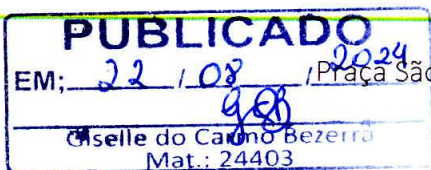
EMENTA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE, DO REPASSE AOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (EAP), EQUIPE DE SAÚDE BUCAL (ESB) DE PARCELA DO INCENTIVO FINANCEIRO PREVISTO NA NOVA METODOLOGIA DE COFINANCIAMENTO FEDERAL DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) REPASSADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONTINUIDADE NORMATIVA PROVISÓRIA DE PAGAMENTO DOS VALORES ABSOLUTOS PREVISTOS NA LEI Nº 440/2014, COM ALTERAÇÕES PELA LEI Nº 468/2015, COMPATIBILIZANDO RESPECTIVOS PAGAMENTOS JÁ AUTORIZADOS LEGALMENTE COM AS MODIFICAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA PORTARIA GM/MS Nº 3.493, DE 10/04/2024, EM SUBSTITUIÇÃO AO PROGRAMA PREVINE BRASIL

Eu, **GIORGE DO CARMO BEZERRA**, Prefeito do Município de Camocim de São Félix – PE, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica regulamentado no Município de Camocim de São Félix-PE o repasse aos profissionais das Equipes Saúde da Família (ESF), Equipe de Atenção Primária (EAP), Equipe de Saúde Bucal (ESB) de parcela do incentivo financeiro previsto na nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS) repassado pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em continuidade normativa provisória de pagamento dos valores absolutos previstos na Lei nº 440/2014, com alterações pela Lei nº 468/2015, compatibilizando respectivos pagamentos já autorizados legalmente com as modificações implementadas pela Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, em substituição ao programa Previne Brasil.

Parágrafo único – O valor do pagamento previsto no *caput* aos profissionais das Equipes Saúde da Família (ESF), Equipe de Atenção Primária (EAP) e Equipe de Saúde

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



Fone: (81) 3743-1156



Giorge do Carmo Bezerra
PREFEITO
Matrícula: 23990

Bucal (ESB), observarão provisoriamente os valores absolutos previstos na Lei nº 440/2014, com alterações pela Lei nº 468/2015, até modificação legal posterior, a fim de evitar decesso remuneratório no período seguinte à Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, observado, em qualquer caso, o limite do valor repassado pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - É devido pagamento de “*incentivo adicional do componente de qualidade*”, a ser destinado aos integrantes das equipes (ESF, EAP e ESB), nos termos do novo art. 12-D §3º inserido na Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017 pela PORTARIA GM/MS Nº 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024, após o fim de cada ciclo anual, no mês subseqüente ao último quadrimestre.

Parágrafo único – O valor de que trata o *caput* será destinado e rateado de forma igualitária a todos os membros das Equipes Saúde da Família (ESF), Equipe de Atenção Primária (EAP) e Equipe de Saúde Bucal (ESB), referidos no *caput* do art. 1º desta lei.

Art. 3º. Em caso de alterações na legislação que regulamenta o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar por decreto no momento de sua implementação, de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º. Na hipótese de o Governo Federal extinguir o programa, ou por qualquer motivo não realizar o repasse financeiro ao Fundo Municipal de Saúde dos recursos necessários para a manutenção do incentivo tratado nesta Lei, o Município dos Camocim de São Félix (PE) fica desobrigado de pagar os valores referentes ao respectivo incentivo por desempenho.

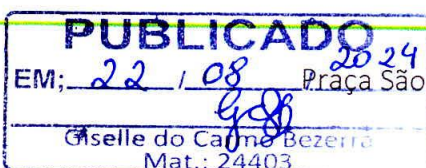
Art. 5º. O incentivo proveniente do Programa, disciplinado nesta lei, possui caráter temporário e indenizatório e, em hipótese alguma será incorporado aos vencimentos dos servidores para fixação dos proventos de aposentadoria ou pensão, não incidindo sobre ele quaisquer encargos previdenciários ou trabalhistas e não serão computados para efeitos de cálculo de outros adicionais ou vantagens.

Art. 6º Aplicam-se ao presente incentivo financeiro por desempenho as regras, normas e condições previstas na Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, que aqui não tenham sido regulamentadas, ou outra que vier a substituí-la, naquilo que compatível com esta lei.

Art. 7º. Aplica-se à esta Lei todos os regramentos previstos na Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28/09/2017, com as alterações introduzidas pela Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, que porventura aqui não tenham sido tratados, e suas atualizações que vierem a surgir, naquilo que compatível com esta lei.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

George do Carmo Bezerra
PREFEITO
Matrícula: 23890



Art. 8º. No exercício de 2024, serão pagos adicionalmente os valores retroativos a maio de 2024.

Parágrafo único. A parcela retroativa de que trata o *caput* será calculada consoante os repasses no período de maio de 2024, observado a partição prevista no art. 1º.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o Crédito Adicional Suplementar em seu orçamento, referente ao exercício de 2024, com a finalidade de incluir dotação orçamentária para suportar os gastos com o Pagamento da Gratificação por Desempenho na Atenção Primária à Saúde previstos nesta Lei.

Art. 10. Ficam revogadas as Leis Municipais nº 1424, 1428 e 1436, ambas de 2023, ressalvado a continuidade normativa excepcional temporária relacionada à manutenção dos valores absolutos já pagos de acordo com citadas leis anteriormente à edição da Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Camocim de São Félix-PE, 21 de agosto de 2024.

George do Carmo Bezerra
PREFEITO
Matricula: 23990
George do Carmo Bezerra
Prefeito Constitucional

